



boletim



Ano 13, N° 101 - Outubro de 2023

CONTYА - CORRENTE

A análise da conjuntura econômica na visão e linguagem do sindicalismo classista e dos movimentos sociais

Panorama das privatizações no Brasil

por Érika Andreassy

LIVE ●

ILAESE

BRASIL em FOCO

TODA SEGUNDA-FEIRA 19 HRS

[YOUTUBE.COM/ILAESEOFICIAL](https://www.youtube.com/ilaeseoficial)

Introdução

Em várias declarações durante a campanha e após vencer as eleições, o presidente Lula criticou as privatizações e prometeu que estas cessariam durante seu governo. Também prometeu reestatizar a Eletrobras e as refinarias de petróleo privatizadas durante a gestão de Bolsonaro. Passados dez meses de sua posse, em que pese a retirada de estatais importantes do Programa Nacional de Desestatização, como os Correios e a Petrobrás, a entrega do patrimônio público à iniciativa privada no Brasil segue a todo vapor.

Nesta série sobre o panorama das privatizações no Brasil, que iniciamos com este Boletim Contra-Corrente e que será tema de outros, vamos analisar como os governos federal, estaduais e municipais aceleram a política entreguista e dilapidadora do patrimônio público à serviço dos grandes capitalistas, seja por meio da privatização direta, via concessão ou através de Parceria Público-Privadas (PPPs). Que por trás do discurso da suposta modernização de empresas ineficientes, em especial por parte de governadores e setores alinhados ao espectro de direita, ou da retórica de alavancar investimento de Lula e governadores ditos progressistas, o que está em curso o desmonte do Estado e de conquistas sociais, por meio da privatização generalizada.

Se em alguns estados predomina a política direta de privatização de estatais, também se generaliza, sobretudo no âmbito federal, com Lula e na esfera municipal a entrega do serviço público à iniciativa privada via concessões e PPPs. Se bem apresentam diferenças, são parte da mesma cartilha e estão em perfeita

consonância com a política que estabelece limites para o custeio e investimentos do setor público, através do novo teto de gastos fixado pelo arcabouço fiscal de Lula-Haddad.

Por outro lado, a proposta do governo federal de reestatizar a Eletrobrás e refinarias privatizadas respeitando as regras jurídicas impostas pelas “leis do mercado”, comprovam a única disposição verdadeira é assegurar aos capitalistas que nunca percam, ao contrário, pois deverão receber pelo preço de ouro aquilo que compraram a preço de banana.

Nesta série buscaremos demonstrar também como a privatização/concessão de setores estratégicos como energia, petróleo e abastecimento de água ameaça a soberania nacional e representa um enorme risco ao meio ambiente e à população, em especial a população mais pobre.

Faremos um balanço dos últimos 40 anos de privatizações no Brasil comparando com a tendência atual de reestatização na Europa, evidenciaremos o fracasso dessa política. Por fim apresentaremos uma proposta de como a classe trabalhadora deve intervir para barrar esse processo e a necessidade de ter um projeto próprio de país.

Nessa edição iniciaremos apresentando um quadro da política de privatizações/concessões a partir dos estados, nas próximas edições trataremos mas especificamente da privatização/concessão sob o governo Lula, bem como analisaremos sua política de reestatização e desenvolvendo também os outros aspectos apontados nessa introdução.

Boa leitura!

Estados avançam em projetos de privatização e maior interesse é nos setores de *infraestrutura*

Nos últimos meses, uma onda de anúncios de privatizações de empresas estatais tomou conta dos noticiários do país. Na contramão do discurso do governo Lula, governadores de Estados entre eles os mais ricos da federação, São Paulo e Minas Gerais, anunciaram planos ambiciosos de desestatização, com destaques para o governador paulista Tarcísio de Freitas, do Republicanos, que planeja negociar durante sua gestão dezesseis ativos.

Ao menos sete governadores pretendem consolidar privatizações de estatais até o fim de seus mandatos. A área mais afetada é a de infraestrutura. Entre os governos estaduais que já tornaram público o seu interesse em avançar nas privatizações estão os de: Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo.

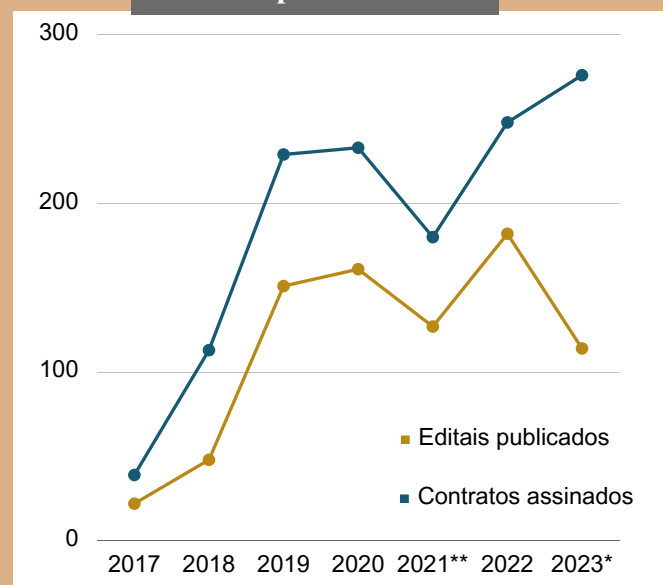
Desse, o Espírito Santo foi o único que já finalizou a privatização de uma estatal desde o início do ano, a ES Gás. A empresa pública foi leiloada e comprada pela Energisa (ENGI11) por R\$1,4 bi, em março deste ano.

Além das privatizações via venda total das empresas, há também os Estados que avançam no sentido de ampliar a participação de algum capital privado nas estatais via concessões ou PPPs. Neste grupo, destacam-se os Estados de: Santa Catarina, Rio de Janeiro, Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí e Distrito Federal.

Segundo o Radar de Projetos, da Radar PPP, atualizados até 4 de setembro, em 2023, já foram lançados 105 projetos municipais, 14 estaduais e um de consórcio intermunicipal, totalizando 120 novas PPPs e concessões subnacionais.

Entre 2017 e 2023, houve considerável aumento do número de licitações e de contratos firmados. De 39 editais publicados e 22 contratos assinados em 2017, o número saltou para 284 editais e 182 contratos em 2022 e, neste ano, já são 276 editais publicados e 114 contratos firmados.

Desempenho PPPS



São Paulo: Sabesp, Metrô e CPTM *ameaçadas*

Segundo estimativas do Palácio dos Bandeirantes, o pacote pretende atrair quase 170 bilhões de reais em investimentos. A joia da coroa é a Sabesp, companhia de saneamento avaliada em 33 bilhões de reais. Além da privatização da Sabesp, a Secretaria de Parcerias em Investimentos do governo paulista também coordena um ambicioso plano de concessão das linhas do Metrô e da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) para a iniciativa privada, cuja estimativa é ter o controle total da rede de transporte sobre trilhos na região metropolitana de São Paulo até 2026.

A privatização da Sabesp deverá ser feita por meio de uma oferta de ações em um modelo similar ao que foi utilizado na privatização da Eletrobras. O modelo, denominado follow on, prevê a diluição das ações em poder do governo do Estado, que hoje detém 50,3% de participação na empresa. Com isso o governo renunciará ao controle da Sabesp e permitirá que a iniciativa privada possa ter maior participação (e poder de decisão) sobre os negócios, incluindo a definição de prioridades de investimentos. Tarcísio de Freitas tem usado como argumento para justificar a venda da estatal que a privatização permitirá antecipar a universalização do serviço de saneamento de 2033 para 2029 e ainda que levará a uma redução da tarifa aplicada hoje. Difícil acreditar.



Em primeiro lugar porque o governo não apresentou nenhum estudo que fundamente essa afirmação. Sequer é possível avaliar quanto o governo arrecadará de fato com a privatização da empresa, uma vez que o preço das ações será definido pela Bolsa de Valores. De toda forma, em 2021, a Sabesp demonstrou para a agência reguladora sua capacidade de cumprir a meta de universalização, por meio do investimento de R\$ 47,5 bilhões, dos quais R\$ 26,2 bilhões devem ser investidos entre 2023 e 2026. Mantida a média anual, o acesso universal à água e ao esgotamento sanitário estaria assegurado em todos os municípios sem necessidade de captação de recursos privados.

A promessa de redução de tarifa também é inconsistente, uma vez que quem decide os valores das tarifas é a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp). A agência possui autonomia administrativa e orçamentária e faz a regulação de diversos serviços, como a distribuição de gás encanado, bem como a definição dos preços para os serviços de saneamento, sendo que a negociação do valor da tarifa é feita junto ao prestador de serviço.

Segundo entrevista do Professor Pedro Luis Côrtes professor titular da Escola de Comunicações e Artes (ECA) e do Instituto de Energia e Ambiente (IEE) da USP ao Jornal da USP no ar “Em grande parte do Estado os municípios estão se organizando em blocos para contratar serviços de saneamento, que poderá ser

contratado junto à Sabesp ou a outros prestadores de serviço a partir do marco regulatório do saneamento. Os municípios podem contratar a Arsesp para fazer essa intermediação com o prestador de serviço de saneamento, como eles podem decidir por conta própria. O governo do Estado não tem como garantir que isso vai levar a uma redução de tarifa, porque ele não atua diretamente na redução da política tarifária”.

Uma pesquisa realizada em abril desse ano pelo Datafolha constatou que mais da metade dos paulistas são contrários à privatização da Sabesp. Confira a seguir a opinião dos entrevistados:

Privatização da Sabesp

Contra	53%
A favor	40%
Indiferente	1%
Não sabe	6%

Minas Gerais: projeto de Zema é *privatizar no atacado*

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, do Novo, deu um passo além de seu vizinho paulista. No último 21 de agosto, protocolou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) estadual na Assembleia Legislativa mineira, mudando as regras para permitir, numa tacada só, a privatização das companhias de saneamento (Copasa), energia (Cemig) e de gás (Gasmig). A PEC do governador de Minas remove todos os obstáculos que dificultam a privatização de estatais mineiras, incluindo a obrigação do governo de fazer um referendo para que a população do Estado decida se aceita ou não

a privatização das empresas públicas, além de reduzir de 60% para maioria simples (50% mais 1) de votos na Assembleia Legislativa para a aprovação do projeto.

Se superado o avanço da PEC, seria preciso definir um modelo de privatização – se por oferta de ações ou uma simples venda do controle. O olho gordo do mercado já se assanhou, no caso da Copasa, há um enorme potencial de valorização, já que hoje a companhia é negociada na bolsa abaixo da sua base de ativos de regulatórios.

Atualmente, a Copasa realiza a distribuição e o tratamento de água de 75% dos municípios do estado, os municípios pequenos e áreas rurais de Minas Gerais serão os mais prejudicados com a privatização, por ser pública, a empresa possui tarifa social e utiliza o lucro das grandes cidades para investir nas pequenas.



Privatização da Copel avança no Paraná, mesmo com a companhia gerando *lucros* extraordinários

No final do mês de junho, o Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) aprovou

por unanimidade o modelo do processo de privatização da empresa. Atualmente, a Copel é uma sociedade de economia mista, com a participação de acionistas privados, mas com controle do Estado do Paraná, que detém 31,1% das ações. Com a nova modelagem, a empresa se transformará numa Corporação, e o estado terá uma participação menor. A proposta é que nenhum dos acionista venha a exercer votos correspondentes a mais do que 10% do total, mesmo que detenha mais ações, na prática isso tira o Estado do controle da companhia.



A Copel é a responsável pela geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em todo o estado do Paraná e também atua em outras áreas de investimentos. Fundada em 26 de outubro de 1954 pelo então governador Bento Munhoz da Rocha Neto, representou os primeiros passos rumo à eletrificação do Estado.

A população atendida pela Copel é de quase 11 milhões de pessoas em mais de 5 milhões de unidades consumidoras localizadas em 414 municípios. Apresentou em 2021 um lucro líquido de 5 bilhões de reais, investimentos de 2,2 bilhões de reais e receita operacional líquida de 24 bilhões de reais. Contudo, entre 2017 e 2021, a Copel Distribuição reduziu seu quadro de pessoal em 22,9%, passando de 5.746 para 4.430 funcionários

Estima-se que o processo de privatização já tenha custado aos cofres do Estado pelo menos R\$ 4 bilhões, incluindo contratos de serviços relacionados ao trâmite publicados pela companhia no Portal da Transparência, a reserva de 300 milhões para o Programa de Demissão Voluntária (PDV) aprovado em acordo com os servidores e os R\$ 3,7 bilhões

pagos para renovar antecipadamente a outorga de suas principais usinas em decisão justificada pela própria mudança no modelo da companhia. Com isso, segundo o jornal Plural Curitiba, os gastos com a privatização já ultrapassam o lucro esperado com a venda das ações da companhia, o que significa que o estado do Paraná irá se desfazer de uma empresa lucrativa sem que isso represente alguma uma receita para o estado.

Além disso, sequer é possível saber todos os custos da privatização, pois o processo de privatização está sendo coordenada por instituições financeiras contratadas para este fim, com nomes grandes do mercado – como os bancos Itaú, Bradesco e BTG Pactual –, o que sugere que o empenho deve ser bastante considerável.

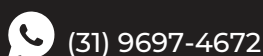
Copel no Brasil



Governo Federal prioriza incentivo nas PPPs

O Governo Lula tem mantido seu discurso contrário às privatizações porém, ao mesmo tempo, há um avanço no incentivo às PPPs. Um exemplo é a concessão de Rodovias à iniciativa privada, cuja previsão é soltar quatro ou cinco ainda no primeiro ano de mandato. Destas concessões, dois lotes serão no Paraná, um em Minas Gerais (BR-381) e o trecho da BR-040 entre Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

O Ministério da Fazenda também apresentou uma série de medidas de incentivo às Parcerias Público Privadas, sobretudo no que tange a melhorar o cenário de crédito no país. Com as medidas, as PPPs realizadas pelos Estados e municípios terão garantias da União e o Tesouro Nacional será o garantidor das contrapartidas. Ou seja, caso haja inadimplência, poderão ser acessados os recursos das transferências obrigatórias dos fundos de participação dos Estados (FPE) e dos municípios (FPM). Pelo menos 150 projetos devem ter andamento no país por meio de incentivo às PPPs, incluindo construções no setor ferroviário e no âmbito do saneamento básico.



EXPEDIENTE

Contra-corrente é uma publicação mensa elaborada pelo ILAESE para os sindicatos, oposições sindicais e movimentos sociais. Contato: Rua Curitiba, 862, sala 307. Centro - Belo Horizonte - MG - CEP: 30170-124. Telefone: (31) 2520-2000 - (31) 9697-4672- ilaese@ilaese.org.br - www.ilaese.org.br. CNPJ 05.844.658/0001-01. Diagramação: Anna Sant'Anna.